



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal **ASSIS DO COUTO (PDT/PR)**

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

REQUERIMENTO Nº , DE 2017

(Do Senhor Assis do Couto)

Requer a realização, pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, de reunião de audiência pública para debater a respeito dos impactos da Reforma da Previdência na agricultura familiar e na produção de alimentos.

Exmo. Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização, pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, de reunião de audiência pública para debater a respeito dos impactos da Reforma da Previdência na agricultura familiar e na produção de alimentos.

Para o momento, solicito sejam convidados: Eliseu Padilha, Ministro-Chefe da Casa Civil; Alberto Ercílio Broch, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG); Jane Berwanger, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP); Marcelo Caetano, Secretário da Previdência Social.

JUSTIFICAÇÃO

Tramita na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição n. 287, de 2016, que “altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal **ASSIS DO COUTO (PDT/PR)**

sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências”, a chamada Reforma da Previdência.

A proposição, da forma como foi apresentada, extingue direitos assegurados na Constituição Federal, produzindo, em especial, graves reflexos no que diz respeito aos segurados especiais.

A aposentadoria hoje prevista aos 55 anos e aos 60 anos para mulheres e homens, respectivamente, desde que comprovados 15 anos de atividade rural, seria drasticamente alterada. Propõem-se a equiparação da idade para homens e mulheres em 65 anos e a obrigatoriedade de contribuição em 25 anos.

Eventual alteração nesse sentido, bem como a promoção de outras modificações previstas na PEC, aprofundaria, ainda mais, os entraves à sucessão rural, bem como produziria efeitos na produção de alimentos para consumo nacional, hoje em mais de 70% assegurada pelos agricultores familiares.

É nesse sentido a preocupação que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural precisa ter. É necessário que seja debatida a função social da agricultura familiar e o interesse público na produção de alimentos.

Sala de Reuniões, em de março de 2017.

Dep. Assis do Couto

PDT/PR